



MEMÓRIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 09 de dezembro de 2020

Horário: 09h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, para dar início aos trabalhos da 39ª Reunião Ordinária do CNPE ressaltou os assuntos inerentes à Pauta prevista e, em seguida, passou a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que cumprimentou as autoridades presentes e as que participaram por meio videoconferência. Ao mesmo tempo, destacou a presença do Almirante Rodolfo Saboia, designado para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, cuja posse ocorrerá no próximo dia 23 de dezembro.

Na mesma oportunidade, saudou ainda os novos Conselheiros, Dr. John Milne Albuquerque Forman, representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de energia, e o Dr. Renato Machado Cotta, representante de Universidade Brasileira, também especialista em matéria de energia, sobre os quais solicitou a leitura das respectivas sinopses curriculares, o que foi feito pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior.

Em seguida, o Presidente do CNPE destacou que, apesar dos impactos da pandemia, foram encaminhados temas importantes para a economia do País no ano de 2020, entre eles a realização do segundo leilão de oferta permanente da ANP, na última sexta feira (04/12/2020), quando foram arrematadas 18 (dezoito) áreas, enquanto no cenário internacional foi realizado apenas um leilão de Petróleo e Gás (Canadá), com apenas 1 (um) bloco.

Salientou ainda que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas em um ano atípico, as políticas públicas implantadas para o setor de petróleo e gás foram eficientes, proporcionaram atratividade para possibilidades de negócios, para empresas nacionais e internacionais, principalmente de médio e de pequeno porte. Informou, ainda, que no próximo dia 17 (dezesete) de dezembro ocorrerá um leilão de linha de transmissão de energia, com investimentos previstos na ordem de R\$ 7,5 bilhões.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra ao Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG, José Mauro Ferreira Coelho, que apresentou proposta de Resolução que “Institui o Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos-Promar”.

Iniciou a apresentação informando que há um acentuado declínio na produção de petróleo e gás natural dos campos maduros do pós-sal, o que faz necessário incentivar investimentos em projetos adicionais de desenvolvimento.

Destacou que a criação do Programa proporcionará condições para a revitalização dos campos maduros e de melhor aproveitamento econômico de acumulações de petróleo e gás natural, localizadas em mar, consideradas como de economicidade marginal.

Informou o Secretário que se espera, como resultado dessa política, melhorar o aproveitamento dos recursos petrolíferos, o aumento no pagamento das participações governamentais, a geração de empregos e a ampliação da indústria de bens e serviços.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da referida proposta de Resolução, passando, em seguida, a palavra aos Conselheiros para considerações e apresentação de possíveis contribuições.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a Resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Diretor do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – DEPG/SPG, Rafael Bastos da Silva, que apresentou proposta de Resolução que “Altera a Resolução CNPE nº 24, de 18 de outubro de 2019, que autoriza a realização da Décima Sétima Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão”.

Iniciou a apresentação informando que a proposta de alteração é necessária em função da identificação de prospectos exploratórios do Pré-sal com grande extensão em área, transpassando os limites dos blocos inicialmente delimitados. O Diretor afirmou que a iniciativa está em consonância com as melhores práticas do setor, aumentando a atratividade das áreas e diminuindo os riscos de futuros processos de individualização da produção.

Esclareceu, também, que foram retirados do certame 8 (oito) blocos localizados na bacia do Pará-Maranhão e 24 (vinte e quatro) na bacia de Pelotas, em face das conclusões expostas na Manifestação Conjunta MME-ANP/MMA-IBAMA, em consonância com a Resolução CNPE nº 17/2017.

Sobre a proposta, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura do texto da Resolução em discussão, passando, em seguida, a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a Resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando continuidade aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG, José Mauro Ferreira Coelho, que apresentou proposta de Resolução que “estabelece diretrizes para o monitoramento do abastecimento nacional de combustíveis”.

Na sua apresentação, o Secretário informou que a proposta visa o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem o monitoramento do abastecimento de combustíveis, a fim de proteger o interesse dos consumidores quanto a oferta, qualidade e preço dos produtos.

Afirmou que a medida possibilitará à ANP obter informações, em um ambiente com maior pluralidade de agentes, como estoques e movimentações de produtos, no menor tempo possível, a fim de dar suporte à tomada de decisão do órgão regulador, bem como à coordenação das ações em situações de crise, como restrições ou interrupções nos fluxos de combustíveis.

Após a apresentação, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da respectiva proposta de Resolução e passou a palavra aos Conselheiros para manifestações pertinentes e deliberação.

Em seguida, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a Resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

O Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, destacou que o Brasil é o terceiro maior consumidor de combustíveis automotivos do mundo, decorrendo daí uma grande preocupação por parte do CNPE, para que não se perca o controle sob o abastecimento do País. Salientou, ainda, que é de extrema relevância ter um acompanhamento bastante próximo do desenrolar do desinvestimento que a Petrobrás irá fazer a partir de 2021.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Diretor do Departamento de Biocombustíveis – DBIO/SPG, Pietro Adamo Sampaio Mendes, que apresentou proposta de Resolução que “institui Grupo de Trabalho para avaliar a inserção de biocombustíveis para uso no ciclo diesel na Política Energética Nacional”.

A proposta, segundo o Diretor, visa analisar eventuais condições especiais à inserção de biocombustíveis para uso no ciclo diesel na Política Energética Nacional, observadas as diretrizes traçadas pelo Programa RenovaBio, instituído pela Lei nº 13.576, de 2017.

Esclareceu que o Grupo de Trabalho será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e terá a participação de representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Economia; do Meio Ambiente, da Infraestrutura, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da Empresa de Pesquisa Energética, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Minas e Energia. Informou, ainda, que o Grupo de Trabalho terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias para submeter relatório final ao CNPE.

O Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de Resolução e, em seguida, passou a palavra aos Conselheiros para considerações e contribuições.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretário de Coordenação, Estrutura e Gestão Corporativa, Igor Montezuma, solicitou a inclusão de representante daquele Ministério no referido Grupo de Trabalho, o que foi prontamente aceito por todos os membros do Conselho.

Os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a Resolução proposta, com a inclusão do Ministério do Desenvolvimento Regional, em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra à Diretora do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo - DCDP/SPG, Marisa Maia de Barros, que apresentou proposta de Resolução que “dispõe sobre as diretrizes para comercialização de biodiesel em todo território nacional, e dá outras providências”.

A Diretora iniciou a apresentação informando que a proposta visa promover, por parte da ANP, a regulamentação do modelo de comercialização do biodiesel de forma a garantir o atendimento ao percentual obrigatório de que trata a Lei nº 13.033, de 2014, e que o mesmo seja contratado mediante modelo de comercialização em substituição aos leilões públicos.

Informou, ainda, que a medida prevê que até 80% do volume de biodiesel total comercializado seja proveniente de unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo Biocombustível Social (SBS), regra que será objeto de estudo do Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB).

Esclareceu, também, que a entrada em vigor do novo modelo deverá ocorrer até 1º de janeiro de 2022, conferindo previsibilidade ao setor para se adequar às futuras mudanças regulatórias e à ANP para

conduzir seu rito processual. Destacou que durante o período de transição, os leilões públicos continuarão ocorrendo no formato atual.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de Resolução e passou a palavra aos Conselheiros para manifestações pertinentes.

Os membros do Conselho aprovaram a Resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018. O representante dos Estados e do Distrito Federal, Artur Lemos Junior, se absteve de votar.

O Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário de Energia Elétrica - SEE, Rodrigo Limp, que apresentou proposta de Resolução que “estabelece Diretrizes Nacionais para Políticas Públicas voltadas à Microgeração e Minigeração Distribuída no País”

Na sua apresentação informou que a matéria tem por motivação: a estimativa de crescimento entre 16,8 GW a 35,8 GW em 2030, sendo o maior valor resultado da manutenção das regras vigentes para Microgeração e Minigeração Distribuída (MMGD), com transferência de custos; a discussão da revisão da Resolução Normativa Aneel nº 482/2012 (CP nº 10/2018 e na AP nº 01/2019); e a determinação do TCU –Relatório de Auditoria do Acórdão nº 2.659/2017 (Diretrizes) e Acórdão nº 1.530/2019 (Plano de Ação).

Informou, também, que a proposta leva em consideração o acesso não discriminatório do consumidor às redes das distribuidoras para fins de conexão de geração distribuída; a necessidade de se garantir a segurança jurídica e regulatória; a observância de transparência e previsibilidade nos processos; a gradualidade na transição das regras e os benefícios decorrentes da Microgeração e Minigeração Distribuída.

Encerrada a apresentação, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de Resolução e concedeu a palavra aos Conselheiros para as deliberações pertinentes.

Após os debates sobre a proposta, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a Resolução proposta, em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

3 – ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE informou que foi encaminhada, previamente, para apreciação dos Conselheiros a minuta das Memórias da 2ª e 3ª Reuniões Extraordinárias, realizada em 04 de junho de 2020 e 18 de agosto de 2020, respectivamente, e como não houve nenhuma manifestação dos Conselheiros, considera-se, por unanimidade, aprovadas.

Apresentou e fez a leitura da Resolução CNPE nº 9, de 10 de novembro de 2020, que “estabelece como de interesse da Política Energética Nacional a utilização de matéria-prima importada para a produção de biodiesel” em caráter excepcional, justificando, que a urgência se deu no sentido de dar suporte ao abastecimento nacional de biodiesel em edital que estabelecerá a comercialização do biocombustível nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, ressaltando ainda, que a desvalorização cambial e o aumento do prêmio pago à soja brasileira no mercado internacional ocasionaram o aumento das exportações nacionais e o descasamento temporário entre a oferta e a demanda do óleo de soja utilizada na produção brasileira.

Na sequência, apresentou o balanço das Resoluções aprovadas pelo Conselho e publicadas no ano de 2020, destacando que foram realizadas 4 (quatro) reuniões, sendo 3 (três) extraordinárias e 1 (uma)

ordinária, com a edição de 9 (nove) Resoluções com aprovação de medidas determinantes para o setor de petróleo, gás, etanol e biodiesel, demonstrando, assim, o intenso e profícuo trabalho realizado pelo Conselho no ano em curso.

Informou ainda, que foi distribuído aos Conselheiros um Pendrive contendo os seguintes Relatórios das Atividades Desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalhos do CNPE, no ano de 2020: - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP (Portaria MME nº 282, de 2019); - Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico – CIM. (Portaria MME nº 403, de 2019); - Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética – CGIEE (Decreto nº 9.864, de 2019); - Comitê da Política Nacional de Biocombustíveis – Comitê RenovaBio e CRBIO (Decreto nº 9.888, de 2019); - Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural – CMGN (Decreto nº 9.934, de 2019); - Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis - CT-CB (Decreto nº 9.928, de 2019); e o Relatório sobre os Estudos do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis - SINEC.

Em seguida, deu conhecimento e fez um relato sobre os seguintes Acórdãos do Tribunal de Contas da União: Acórdão nº 1819/2020-TCU-Plenário; Acórdão nº 2416/2020-TCU-Plenário; e Acórdão nº 2580/2020-TCU-Plenário.

4 – MATÉRIAS PARA APRESENTAÇÃO

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra à Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios da Secretaria-Executiva, Agnes Maria de Aragão da Costa, que fez apresentação sobre as “Atividades Desenvolvidas em 2020 e Perspectivas”.

Iniciou a apresentação informando sobre a aprovação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, do modelo jurídico e operacional para a retomada do projeto da Usina Nuclear Angra 3, destacando que a aprovação da Resolução foi consubstanciada no Decreto nº 10.542, de 2020, que definiu o CNPE como a governança responsável pelo acompanhamento das novas etapas. Informou, ainda, que as perspectivas para 2021 são a contratação e finalização dos estudos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1º semestre) e a realização da contratação dos Epcistas e Financiamentos (2º semestre).

Com relação às privatizações, salientou que a agenda foi positiva no setor elétrico, com a ocorrência do Leilão de privatização da CEB Distribuição, com um ágio de 75% ao Grupo Neoenergia; a publicação, por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul, do edital da CEEE e a Portaria Interministerial de bonificação da outorga para a CEEE Geração. Informou, também, que para 2021 a perspectiva é que seja concluída a privatização de parte da geração da Copel e da CEEE, e, principalmente, dar continuidade ao processo da Eletrobras, da CEA Distribuição e da Nuclep.

No tocante a modernização do Setor Elétrico, informou que o plano de ação, aprovado em 2019, está sendo implementado, tendo 16 (dezesseis) frentes de atuação com a conclusão de 22% das 95 (noventa e cinco) ações propostas. Informou que os destaques de 2020 foram a aprovação dos novos critérios de suprimento do setor; a publicação da Medida Provisória 998, que acelerou 2 (dois) movimentos na modernização: alocação justa do custo da confiabilidade do sistema sobre todo o mercado; e a racionalização de encargos e subsídios – fontes incentivadas. Por fim, deu ênfase aos avanços significativos sobre governança.

Para 2021, no Setor elétrico, deu destaque para: a entrada do preço horário com efeitos comerciais em janeiro, permitindo aos agentes compradores e vendedores uma atuação alinhada com as necessidades da operação do sistema; o detalhamento da separação de lastro e energia (movimento de abertura do mercado); estudos sobre alternativas de modelos de formação de preço; e avaliação da abertura de mercado para baixa tensão na agenda regulatória da ANEEL.

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Paulo Cesar Magalhaes Domingues, que apresentou as “Atividades Desenvolvidas em 2020 e Perspectivas”.

O Secretário iniciou a apresentação dando destaque ao Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2030 e ao Plano Nacional de Energia – PNE 2050, ressaltando a importância dos documentos para o setor energético.

Informou que os leilões A-4 e A-6 e sistemas isolados, programados para o ano de 2020, foram postergados conforme Portaria MME nº 134, de 2020. Informou que no próximo dia 17 de dezembro terá início a sessão pública visando a realização do leilão de transmissão, que terá investimento estimado em R\$ 7,4 bilhões, com a expectativa de geração de 15 (quinze) mil empregos e aquisição de 6.420 MVA em subestações, com 1.958 Km de linha.

Finalizando, o Secretário informou o calendário para a realização dos leilões de energia nova e de transmissão em 2021 e fez um relato sobre as realizações de geração; geração e transmissão e importação/exportação de energia com a Argentina e Uruguai; e sobre o desenvolvimento energético no ano de 2020.

O Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, fez um relato sobre Angra 3, e destacou a importância das usinas nucleares, principalmente perto do centro de carga, casos de Angra 1 e 2, cujo Custo Variável Unitário - CVU está em torno de R\$ 25,00, enquanto das termelétricas novas é dá ordem de R\$ 300,00.

No que diz respeito as privatizações, esclareceu que o tema é de suma importância para o setor elétrico, e destacou a publicação da Portaria Interministerial/Ministério de Minas e Energia/Ministério da Economia, que estipulou R\$ 1,4 bilhão de outorga, para privatização das usinas de geração da companhia estadual de energia elétrica do Rio Grande do Sul (prevista para o primeiro trimestre de 2021). Por fim, deu destaque aos planos PDE 2030 e PNE 2050.

O Secretário-Executivo do CNPE, dando continuidade as apresentações, passou a palavra ao Secretário de Energia Elétrica - SEE, Rodrigo Limp, que apresentou as “Atividades Desenvolvidas em 2020 e Perspectivas”.

O Secretário iniciou a apresentação informando que, devido à pandemia da Covid-19, foram editadas medidas emergenciais para o setor elétrico, entre elas a MP nº 950, de 2020, objetivando mitigar os impactos econômicos no setor, isentando os consumidores de baixa renda do pagamento pelo consumo de até 220 KWh/mês, por 3 (três) meses, e, estabeleceu condições para viabilizar operação de crédito para o setor; o Decreto nº 10.350, de 2020, que criou a Conta-Covid, disponibilizando operação de crédito de R\$ 15,3 bilhões para preservar a sustentabilidade da cadeia de suprimento de energia elétrica e amenizar impactos tarifários sobre os consumidores; e a MP nº 998, de 2020, com objetivo de amenizar impactos tarifários para os consumidores de energia no curto e médio prazos, reduzir subsídios e melhorar alocação de custos no setor.

Destacou que foi criado o Programa Mais Luz para a Amazônia (Decreto nº 10.221, de 2020), com objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica da população localizada em regiões remotas dos

Estados da Amazônia Legal, com previsão de atendimento a 82 (oitenta e dois) mil domicílios, no prazo de 5 (cinco) a 7 (sete) anos com custos da ordem de R\$ 3 bilhões.

Finalizando, informou sobre as ações que foram tomadas para o Estado do Amapá, relativas ao blecaute ocorrido no dia 3 de novembro de 2020, e as ações do Comitê de Monitoramento – CMSE para a segurança do suprimento no País.

Na sequência das apresentações, teve a palavra o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG, José Mauro Ferreira Coelho, que apresentou as “Atividades Desenvolvidas em 2019 e Perspectivas”.

Informando que, também devido à pandemia, as rodadas de licitações na área da exploração e produção de petróleo, foram adiadas (17ª Rodada de Concessão; 7ª Rodada de Partilha de Produção; e Excedente da Cessão Onerosa – Sépia e Atapu). Enfatizou, ainda, que foram publicados os relatórios finais do Programa de revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE). Quanto ao Gás Natural, informou que foram feitos avanços no Programa Novo Mercado de Gás, dando destaque para a conclusão da venda, pela Petrobras, da participação remanescente na Transportadora associada de Gás S.A. (TAG), e início das fases vinculantes referentes à venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e da Gaspetro.

Para 2021, o Secretário informou que serão realizadas, entre outras ações, 3 (três) rodadas de licitações: leilão dos volumes excedentes da Cessão Onerosa – Sépia e Atapu; 17ª Rodada de Concessão; e 3º Ciclo da Oferta Permanente.

No campo dos combustíveis e derivados de petróleo, o Secretário informou que foram concluídos os estudos para o Novo Cenário de Downstream, diante da abertura do mercado de combustíveis. Salientou que foram encaminhadas propostas ao CNPE relacionadas ao monitoramento do abastecimento nacional de combustíveis e à comercialização de biodiesel. Informou ainda sobre a implementação do fim da prática de preços diferenciados para o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Para 2021, informou que haverá articulação permanente para o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, visando melhorar as condições de competição e o ambiente de negócios no setor.

Finalizando, o Secretário informou que no setor dos biocombustíveis, em março de 2020, entrou em vigor a Portaria MME nº 122, objetivando o aprimoramento do processo de emissão, negociação e aposentadoria dos créditos de descarbonização (CBIOS) e que foi iniciada a sua comercialização e registro na bolsa de valores (B3). Para 2021, informou que há a perspectiva da construção do novo modelo de comercialização de biodiesel, em substituição aos leilões públicos.

Dando continuidade aos assuntos da Pauta, o Secretário-Executivo do CNPE, em conformidade com o disposto no art. 6º do Decreto nº 3.520, de 2000, propôs aos membros do Conselho a agenda básica dos trabalhos para o ano de 2021. O Colegiado aprovou a agenda, com indicação de uma reunião ordinária para o dia 9 de dezembro de 2021.

Em seguida, com a palavra o Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, teceu suas considerações finais. Assim, agradeceu a colaboração de todos, destacando a performance do Colegiado na deliberação dos temas de grande relevância para o País, e enfatizou que os novos Conselheiros, ora nomeados, acrescentarão muito valor e conhecimento ao CNPE.

Em seguida, o Presidente do Conselho, concedeu a palavra aos novos membros do CNPE para suas considerações.

O representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de energia, Dr. John Milne Albuquerque Forman, agradeceu o convite recebido do Ministério de Minas e Energia para integrar o CNPE, destacando a importância deste gesto para a sociedade civil, salientando que pretende colaborar da melhor forma possível com as atividades do Conselho.

O representante de Universidade Brasileira, especialista em matéria de energia, Dr. Renato Machado Cotta, também agradeceu por sua indicação para integrar o CNPE, ilustrando a relevância do gesto e a responsabilidade de representar todas as universidades e academias do País.

O Presidente do CNPE, agradeceu os Conselheiros e desejou a todos os presentes um feliz natal e um excelente ano de 2021, com muita saúde, felicidades e realizações.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro de agradecimentos a todos os presentes.